



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – SETEC INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS – CAMPUS PALMAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

RUTH LARISSA SOUSA ABREU

**ESTUDO DA INCLUSÃO SOCIAL A GESTANTES E MÃES ESTUDANTES NO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS *CAMPUS PALMAS***

Palmas – TO
2019

RUTH LARISSA SOUSA ABREU

**ESTUDO DA INCLUSÃO SOCIAL A GESTANTES E MÃES ESTUDANTES NO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS *CAMPUS* PALMAS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso de
Tecnologia em Gestão Pública do Instituto
Federal do Tocantins –Campus Palmas,
como exigência à obtenção do grau de
Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientadora: Prof^o. Msc. Ana Carolina
Nogueira Falcão

Palmas – TO
2019

ABREU, Ruth Larissa Sousa.

ESTUDO DA INCLUSÃO SOCIAL A GESTANTES E MÃES ESTUDANTES NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS *CAMPUS PALMAS*/ Ruth Larissa Sousa Abreu – Palmas, 2019. 27 F.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnologia em Gestão Pública) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – Campus Palmas, 2019.

Orientador: Profº. Msc. Ana Carolina Nogueira Falcão.

- | | | |
|--------------|-------------|------------------------|
| 1. Mulheres | 2. Inclusão | 3. Universitárias |
| 1. Gestantes | 2. IFTO | 3. Politi-cas Publicas |

RUTH LARISSA SOUSA ABREU

**ESTUDO DA INCLUSÃO SOCIAL A GESTANTES E MÃES ESTUDANTES NO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS *CAMPUS* PALMAS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso de
Tecnologia em Gestão Pública do Instituto
Federal do Tocantins – Campus Palmas,
como exigência à obtenção do grau de
Tecnólogo em Gestão Pública.

Aprovado em: ____ / ____ / 2019.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Msc. Ana Carolina Nogueira Falcão
Presidente e Orientador

Prof. Msc. Luiz Antonio Lopes Toledo
Membro da Banca Examinadora

Prof. Esp. Lourival Gonçalves da Gloria
Membro da Banca Examinadora

Aos meus familiares e amigos, minha mãe,
meu pai, meu companheiro e meu filho, por
estarem sempre comigo, principalmente
nessa conquista.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradecer á Deus, por sempre ser alicecer, em minha vida, minha família e amigos, em especial minha querida mãe, Rosilene, por sempre acredita no meu potencial, ao meu amado pai, Antônio, por mostra a importância da graduação, ao meu companheiro, Kássio, por sempre está ao meu lado, meu pequeno filho, João Miguel, que me faz cada vez mas, querer evoluir e aprender,

A instituição Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (campus Palmas) por proporcionar está conquista.

A minha orientadora Msc. Ana Carolina Nogueira Falcão, por todo apoio e incentivo e os professores lourival e toledo por aceitarem, participarem da banca, e a todos que sempre apoiaram de alguma forma.

Meus sinceros agradecimentos.

“Os problemas nunca vão desaparecer, mesmo na mais bela existência. Problemas existem para serem resolvidos, e não para perturbar-nos” (Augusto Cury)

RESUMO

A pesquisa foi sobre inclusão social de gestantes e mães estudantes, do Instituto Federal do Tocantins – Campus Palmas, Foi realizada por meio de estudos bibliográficos é documental, de caráter descritiva, os artigos para referências são mais antigos , pois o tema não tem pesquisas mais recente. A mulher apesar de todo a sua evolução, com relação a ser mais independente e profissional, ainda tem várias barreiras que podem atrapalhar no percurso para a formação acadêmica, por exemplo a gestação e pós-parto pois muitas sofrem com as dificuldades de não haver como conciliar a vida de mãe e a vida de universitária. De acordo com a buscar vimos que, há existência de duas , políticas que são licença maternidade e o auxílio, mas não são inclusivamente voltadas há essa demanda, concluimos assim, que não há políticas de inclusão e reforçamos a necessidades de tais políticas .

Palavras-chave: Mulheres , Inclusão , universitárias , Mães , Gestantes .

ABSTRACT

The research about social inclusion of pregnant woman and student mothers, from the Federal Institute of Tocantins - Campus Palmas, was realized through bibliographic studies and is documentary, of descriptive feature. The articles for reference were much older, since the theme does not have more recent researches. The woman, despite of all its evolution on being more independent and professional through the decades, still have several barriers that can hinder her path to professional formation, as for example the pregnancy and post childbirth, and many suffer with the difficulties of reconciling the mother life, and the student life. According to the search, it was seen the existence of two politics, the maternity license and the assistance, but they are not even focused on this demand. It's concluded that there are no inclusion politics, and the reinforcement of such, is needed.

Keywords: Women, Inclusion, University students, Mothers, Pregnant women.

LISTA DE SIGLAS

CEFET-PA	Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará
CEFET-PR	Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná
EAD	Ensino a Distância
EAFA	Escola Agrotécnica Federal de Araguaatins
ETF-Palmas	Palmas Escola Técnica Federal de Palmas
IFTO	Instituto Federal De Educação, Ciências E Tecnologia
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	Ministério da Educação
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
1.1	JUSTIFICATIVA.....	11
1.2	PROBLEMATIZAÇÃO.....	11
1.3	OBJETIVOS.....	12
1.3.1	Geral.....	12
1.3.2	Específicos.....	12
2	METODOLOGIA.....	13
3	REVISÃO DA LITERATURA.....	14
3.1	IFTO (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA).....	14
3.2	POLÍTICAS PÚBLICAS.....	15
3.3	POLÍTICAS PÚBLICAS EXISTENTES NOS CAMPUS DOS IFTO	16
3.3.1	IFTO (<i>Campus</i> Paraíso do Tocantins).....	16
3.3.2	IFTO (campus Pedro Afonso)	16
3.4	DIREITOS DAS GESTANTES E MÃES ESTUDANTES.....	17
3.5	MÃES E UNIVERSITÁRIAS.....	18
4	RESULTADO E DISCUSSÃO	20
5	CONCLUSÃO	21
	REFERÊNCIAS.....	22
	ANEXO I.....	23

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa, tem um tema muito importante, a inclusão de gestantes e mães estudantes no IFTO - *CAMPUS* PALMAS. A mulher, apesar de todas suas conquistas, como direitos a voto, a formação acadêmica, carreira profissional e pessoal, sem falar no empoderamento feminino, ainda assim sofre com uma série de fatores, que dificultam a sua formação acadêmica. A jornada para mãe e acadêmica pode trazer umas séries de dificuldades por isso a importância de políticas públicas, direcionadas a esse público.

A gravidez e a maternidade são fenômenos biológicos, que também abrangem dimensões culturais, históricas, sociais e afetivas (Paim, 1998).

“Por muito tempo a maternidade foi considerada uma experiência puramente biológica, fixada literal simbolicamente nos limites do domínio privado e emocional. Hoje, debatemos a função e o status da maternidade no espaço público, e sua complexidade aumenta à medida que o sentido de maternidade se diversifica, uma vez que a mãe tradicional [esta que falávamos a pouco] vem juntar-se a mãe adotiva, a mãe lésbica, o homossexual que materna, a mãe de aluguel, a mãe adolescente, a mãe solteira, a mãe prisioneira, a mãe pobre, negra, a mãe genética, etc.” (STEVE, 2007, pag.18).

Elas são a maioria nas universidades, mas a sociedade criou, expectativas sobre, ser mulher, mãe e acadêmica. É possível? sim, e necessário, que haja a inclusão das estudantes por parte da instituição. Assim, tornar-se mãe no contexto acadêmico tem a intenção de agregar às discussões sobre maternidade e contexto acadêmico, a realidade de mulheres que, na condição de mães universitárias, trazem um caráter novo à discussão nesse cenário.

Pois, ao contrário das pesquisadoras que se tornam mães ao longo da carreira acadêmica, as estudantes-mães são jovens em situação de dependência total ou parcial de suas famílias de origem, o que já configura um arranjo relacional e situacional bem diferente (URPIA, 2009).

Como problema da pesquisa vem a questão, no Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Tocantins - *Campus* Palmas, existem políticas públicas que incluam gestantes e mães estudantes?

A justificativa é a importância, de ajudar essa classe com políticas de inclusão, assim evitando a evasão do instituto e tornando possível concluir a universidade e entrar no mercado de trabalho.

No objetivo geral, verificar a inclusão de gestantes e mães no IFTO (*Campus* Palmas). Assim saber se há a inclusão no *campus*. Nos objetivos específicos, saber se há políticas públicas voltadas as gestantes e mães estudantes do IFTO (*Campus*

Palmas); verificar se essas possíveis políticas de inclusão estão sendo realizadas de formas adequadas para gestantes e mães estudantes do *campus*; saber como as políticas de inclusão pode favorecer a gestantes e mães discentes.

A busca por respostas a essas questões, vão ser feitas no *campus*, através de análises de documentos. A revisão da literatura vai abordar os seguintes tópicos, IFTO (*Campus Palmas*) falando da sua história, quando foi criado. No próximo tópico Políticas Públicas, alguns autores falando a respeito do tema, no próximo, Direitos de Gestantes e Mães estudantes, direitos esses que estão na constituição federal LEI Nº 6.202, DE 17 de Abril de 1975. No último, Mães e Universitárias descreve a respeito das dificuldades, que há para a mães ter a vida acadêmica e ser mãe. Sobre o processo metodológico, será pesquisa documental e bibliográfica. Os dados serão coletados dentro IFTO, na sequência o cronograma e as referências.

1.1 JUSTIFICATIVA

A cada ano que passa nas nossas vidas se torna essencial a formação acadêmica para um melhor aprendizado tanto na vida profissional quanto pessoal, a existência de universidades públicas no país ajuda milhares de pessoas que não tem condição de pagar uma universidade particular, mas ainda assim existe milhares de problemas que pode ocasionar a evasão, por isso a importância de olhar as dificuldades, até porque a universidade pública deve abranger a sociedade como um todo independentemente de suas dificuldades.

A mulher apesar de todo a sua evolução, com relação a ser mais independente e profissional, ainda tem várias barreiras que podem atrapalhar no percurso para a formação acadêmica, por exemplo a gestação e pós-parto pois muitas sofrem com as dificuldades de não haver como conciliar a vida de mãe e a vida e universitária.

A relevância dessa pesquisa se dá pelo fato de ser investigado sobre essa demanda que impacta na inclusão das mulheres na vida acadêmica e consequentemente na sua futura inclusão no mercado de trabalho. Gestantes e mães (estudantes) no IFTO (*Campus Palmas*).

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO

No Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Tocantins *campus Palmas* existem políticas públicas que incluam gestantes e mães estudantes?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Geral

Verificar se há inclusão de gestantes e mães (estudantes) no IFTO (*Campus Palmas*).

1.3.2 Especificos

Especificar as políticas públicas existente, voltadas as gestantes e mães estudantes do IFTO - Palmas.

Averiguar se essas possíveis políticas de inclusão estão sendo realizadas de formas adequadas para gestantes e mães estudantes do *Campus*.

Saber como as políticas de inclusão pode favorecer a gestantes e mães discentes.

2 METODOLOGIA

Averiguar dentro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologias - *Campus* Palmas, políticas de inclusão as gestantes e mães e suas dificuldades tanto para o seu deslocar até a sala de aula, e também o tempo com a criança durante o período das aulas. Foi realizada por meio de estudos bibliográficos é documental, de caráter descritiva, os artigos para referências são mais antigos, pois o tema não tem pesquisas mais recentes.

Para (GIL, 2008, pag. 50) “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida apartir do material já elaborado constituído principalmente livros e artigos científicos”.

A documental para (GIL, 2008, pag. 51) “Pesquisa documental assemelha-se muito com a pesquisa bibliográfica a única diferença entre ambas está na natureza das fontes”.

Pesquisa descritiva “A pesquisa desse tipo tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população, fenômeno ou estabelecimentos de relações entre variações” (GIL, 2008, pag. 28).

Foram feitas no IFTO – *Campus* Palmas, com há averiguação de dados contidos em bibliografia e documentos voltados as gestantes e mães estudantes do *campus*. Análise ocorreu de acordo, com as informações contidas no *campus*.

3 REVISÃO DA LITERATURA

3.1 IFTO (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA)

A história do Campus Palmas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), antiga Escola Técnica Federal de Palmas (ETF-Palmas), inicia-se em 1989 por meio de um projeto idealizador do Governo do Estado do Tocantins e a disposição de uma equipe de professores da antiga Escola Técnica Federal de Goiás.

Em 1991 o Governo do Tocantins fez a doação da área para construção da unidade, por meio da Lei nº 310/91. Em 18 de abril de 1993, o então prefeito de Palmas, Eduardo Siqueira Campos, lançou a pedra fundamental da construção. Em 30 de junho desse mesmo ano, através da Lei nº 8.670/93, o então presidente da República, Itamar Franco, efetivou a criação da unidade.

Em 21 de dezembro de 1998, por meio do decreto nº 2980 do Ministério da Educação (MEC), a unidade tornou-se Autarquia Federal. Em 2001 a Prefeitura de Palmas entregou a obra ao MEC, que passou sua gestão para o Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (CEFET-PA).

Em 2002, por decisão do MEC, o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR) assumiu o processo de implantação da unidade e realizou o primeiro concurso público para corpo docente e administrativo. Também foi realizado o exame de seleção para os primeiros cursos técnicos oferecidos: Eletrotécnica, Edificações e Informática.

Em 2003 tomaram posse os primeiros servidores da unidade, sendo 44 docentes e 12 técnicos administrativos. Neste mesmo ano foram matriculados os primeiros 360 alunos e em 4 de abril, o então ministro da Educação, Cristóvão Buarque, inaugurou oficialmente a unidade e empossou o primeiro diretor, Prof. Msc. Adail Pereira Carvalho.

Em 2004 foi realizado o segundo processo seletivo para o corpo docente e administrativo, bem como exame de seleção para seis novos cursos técnicos: Eletrônica, Agrimensura, Gestão em Agronegócios, Turismo e Hospitalidade, Secretariado Executivo e Saneamento Ambiental. Neste mesmo ano a unidade implantou a Educação Profissional Técnica de Nível Médio - modalidade integrada - para os cursos de Informática, Eletrotécnica, Eletrônica e Edificações.

Em 2008 a ETF - Palmas integrou-se à Escola Agrotécnica Federal de Araguatins (Eafa) formando o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

do Tocantins, cria do por meio da Lei nº 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Em 2010 realizou-se a primeira eleição direta do Campus Palmas em que professores, técnicos administrativos e discentes puderam eleger o Diretor-geral do *Campus Palmas* do IFTO.

Atualmente o Campus Palmas oferece Pós-Graduação em nível de Especialização, cursos superiores, cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, cursos Técnicos Subsequentes, cursos na modalidade. Proeja e cursos Técnicos na modalidade EAD.

A unidade registra em seu quadro de servidores 217 docentes e 108 técnicos administrativos e cerca de três mil estudantes matriculados em seus cursos regulares.

3.2 POLITICAS PÚBLICAS

Segundo (MEAD, 1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e (LYNN, 1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. (PETERS, 1986) segue a mesma linha: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos.

De acordo com (DYE, 1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente).

(...) na Europa, a área de política pública vai surgir como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado - o governo -, produtor, por excelência, de políticas públicas. Nos EUA, ao contrário, a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos (SOUZA, 2006, pag. 22)

A educação superior, hoje, desenvolve um importante papel para a sociedade, pois “a produção do conhecimento [...] é a base do desenvolvimento científico e tecnológico e que este está criando o dinamismo das sociedades atuais” (BRASIL, 2000, pag. 3).

3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS EXISTENTES NOS CAMPI DOS IFTO

O IFTO conta com 12 unidades distribuídas pelo estado do Tocantins, apesar disso, existem apenas duas unidades até o movimento, que oferecem o espaço kids.

3.3.1 IFTO (*Campus* Paraíso do Tocantins)

Criado há pouco mais de um ano, o Espaço Kids, do *Campus* Paraíso do Tocantins do Instituto Federal do Tocantins (IFTO) se consolida como uma experiência positiva no combate à evasão escolar de alunas que se tornam mães ainda no Ensino Médio.

Além disso, o projeto visa empoderar essas mães, que muitas vezes são culpabilizadas pela família e pela sociedade em geral por terem ficado grávidas tão cedo e acabam não tendo condições de voltar a sala de aula.

O projeto começou como uma experiência, tendo em vista a necessidade de suprir a demanda que surgiu após uma das alunas ficar grávida. Atualmente, sete crianças são atendidas pelo projeto e como a iniciativa se mostrou bastante positiva, nesse mês de agosto o espaço foi ampliado e terá condições de aumentar o número de beneficiários.

Segundo o Diretor-geral do *Campus* Paraíso, Flávio Eliziário, esse serviço beneficia não apenas as mães e as crianças, mas traz um impacto para toda a família, já que a mãe não abandona os estudos para cuidar do seu bebê e nem precisa ocupar um familiar ou gastar dinheiro com creche ou profissionais para isso.

O “objetivo é construir uma rede para o acolhimento das crianças e para o fortalecimento dos vínculos entre mães e filhos, mesmo enquanto as responsáveis desenvolvem suas atividades de estudo ou de trabalho”, explicou Eliziário. O projeto, que antes ocupava apenas uma sala da instituição, passará a contar com três ambientes climatizados e equipados para atender crianças de 0 a 4 anos.

3.3.2 IFTO (campus Pedro Afonso)

No Dia das Crianças, celebrado no último dia 12 de outubro, foi inaugurado o Espaço Kids do *Campus* Avançado Pedro Afonso, do Instituto Federal do Tocantins (IFTO). O reitor Antonio da Luz Júnior e a diretora da unidade Mírian Peixoto receberam, em festa, os familiares dos servidores e colaboradores. Foram preparadas muitas brincadeiras para comemorar a entrega do espaço à comunidade interna: teve pula-pula, tênis de mesa, cantinho da leitura, pista de amarelinha,

balões, pipocas, lanches e muitas brincadeiras coletivas. Os participantes prestigiaram ainda a apresentação da banda musical municipal.

O Espaço Kids é uma alternativa positiva no combate à evasão escolar de estudantes que se tornam mães ainda durante a formação escolar. O espaço já é uma realidade no *Campus Paraíso* do Tocantins, inaugurado há pouco mais de um ano. Além dos filhos de estudantes, também são acolhidos filhos dos servidores e colaboradores. Ainda neste semestre está prevista a inauguração do Espaço Kids na Reitoria do IFTO.

3.4 DIREITOS DAS GESTANTES E MÃES ESTUDANTES

Cada uma dessas mães traz consigo e para o espaço acadêmico expectativas, inseguranças e contribuições que precisam ser ouvidas para que as políticas planejadas para as universidades contemplem diversidade que ela abriga, sem calar discursos, saber essas histórias (SAMPAIO, 2008).

A interrupção mesmo que por um curto período de tempo, significa uma desaceleração das atividades e o retorno na grande maioria das vezes se dá com um pouco de dificuldade (AQUINO, 2006).

“A ausência por longos períodos de seu filho, dificulta a escolha da mulher em se graduar ou ser mãe. Considera-se urgente a necessidade de que se efetivem políticas públicas na prática, com a criação das creches universitárias como uma rede de apoio, além da rede familiar. Essa estratégia oferece a possibilidade de permanência e de conclusão da graduação a essa mulher, oportunizando que ela experimente a maternidade da melhor forma possível e sem culpa”. (MACIEL TONIOLO, 2017).

A LEI Nº 6.202, DE 17 de Abril de 1975, Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º A partir do oitavo mês de gestação e durante três meses a estudante em estado de gravidez ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei número 1.044, 21 de outubro de 1969. Parágrafo único. O início e o fim do período em que é permitido o afastamento serão determinados por atestado médico a ser apresentado à direção da escola.

Art. 2º Em casos excepcionais devidamente comprovados mediante atestado médico, poderá ser aumentado o período de repouso, antes e depois do parto.

Parágrafo único. Em qualquer caso, é assegurado às estudantes em estado de gravidez o direito à prestação dos exames finais. (BRASIL, 2018).

3.5 MÃES E UNIVERSITÁRIAS

A inserção das mulheres nos cursos superiores no Brasil avançou significativamente na última década. Dados do Censo da Educação Superior de 2016, divulgados em 2017, última edição do levantamento, revelam que as mulheres representam 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação (INEP, 2017).

Contudo, embora o hiato de gênero tenha sido revertido no âmbito do ensino superior, uma análise cuidadosa da situação das mulheres no contexto acadêmico nos faz questionar o alcance dessas transformações no que se refere às relações de gênero (URPIA, 2009). A mulher continua a ser mulher é uma construção social que se estabelece nas relações com o outro, nas experiências e vivências ao longo dos processos de vida (BEAUVOIR, 1980).

Os estudos acerca do contexto da maternidade e vida acadêmica indicam desvantagens para as mulheres, uma vez que recai sobre elas, as responsabilidades dos cuidados parentais na nossa cultura (URPIA, 2009). “A ideia de que a maternidade é uma importante forma de realização feminina pode estar relacionada com fatores culturais, visto que as meninas desde pequenas são educadas para se tornarem mães”, conforme destaca (AZEVEDO, 2006, pag. 2).

Os estudos sobre os percursos dos estudantes na universidade mostram que suas trajetórias são permeadas por experiências que podem ser sentidas como rupturas: modelo da educação básica para a educação superior, relação com o saber, ideologias, conceitos, crenças e hábitos. Pelo que afirmam, a vida universitária parece ser mais do que um simples cenário onde transitam os estudantes, constituindo uma arena de mudanças para sua trajetória de vida e marcando seu desenvolvimento psicossocial (COULON, 2008; SANTOS & SAMPAIO, 2012; RESSURREIÇÃO, 2015).

O abandono do estudo, geralmente ocorre por acreditarem que podem adiar essa conquista em prol da maternidade. Outras, entretanto, conciliam e sentem algumas dificuldades em desempenhar mais de uma função (SOARES, 2013). A seguir uma imagem, onde mostra uma mãe que se formou com um filho ainda pequeno, apresentando que é possível essa conquista:



Figura 1: Mãe universitária

Fonte: Universidade De Michigan

O imaginário socio cultural em torno da maternidade é tão consistente que, não obstante as dificuldades que apareçam no processo de tornar-se mãe, estas serão quase sempre minimizadas ou invisibilizadas em função de pensarmos as mulheres como possuidoras de uma “essência feminina”, que as orienta, naturalmente, para as necessidades de seus filhos.

Nesse cenário, a mulher-mãe é aquela que gosta de crianças e, intuitivamente, sabe o que fazer com elas, cuidando de seus filhos, sem qualquer tipo de ambivalência. No contexto destas idealizações, entretanto, a imagem cultural da maternidade torna-se, indubitavelmente, incompatível com a sexualidade da mulher, com o trabalho remunerado, a formação e a realização profissional (THOMPSON & WALKER, 1989).

Nesse sentido, o entendimento de como as jovens das camadas populares percebem a si próprias, a partir da vivência da gravidez e da maternidade, passa pela necessidade de compreensão do entorno, ou seja, da apreensão de um conjunto de práticas e valores mais amplos existentes nesses grupos, dentre os quais, a divisão de papéis dentro de casa (SOARES).

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

De acordo, com a pesquisa feita no ifto – *Campus* Palmas, por documentos que fundamenta se a existência de políticas que incluam gestantes e mães estudantes, com documento em anexo enviado pela Equipe da Coordenação Técnico-Pedagógico COTEPE/IFTO/ *Campus* Palmas verificamos que há a existência, de apenas duas políticas, uma é a licença maternidade que á uma lei existente que atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências.

Art. 2º Em casos excepcionais devidamente comprovados mediante atestado médico, poderá ser aumentado o período de repouso, antes e depois do parto. Parágrafo único. Em qualquer caso, é assegurado às estudantes em estado de gravidez o direito à prestação dos exames finais. (BRASIL, 2018).

Assim facilitando a vida das discentes , que estão com o filho recém – nascido, a outra é um auxílio ofertado pelo (PNAES) para todos os alunos que tenham filhos , não necessariamente a mães dos bebês, no valor de 370, para alunos que esteja cursando no mínimo 3 matérias no campus e necessite, deixão os filhos com terceiro, no período das aulas e possuir renda família pe capita prioriotariamente de 1,5 salário mínimo vingente .

Com a pesquisa, vimos que não a documentos ou dados que seja, possíveis ver a quantidade de estudantes, a usar as políticas acima citadas, ou se essas estão sendo realizadas de formas adequadas .

Com base na bibliografia de atores, acerca do assunto, percebemos que as mulheres ainda sofrer com as dificuldades com relação a sua formação acadêmica, pois com uma gravidez nesse período e sem políticas de inclusão, que ajudem na conclusão, pode ocassionar na evasão, por não conseguir conciliar a vida acadêmica com a maternidade .

Alguns exemplos dessas políticas de inclusão, são e o espaço kids que vem crescendo, nas instituições, pois é forma de ajuda essas estudadantes, pois com o filho em um local, próximo e acompanhado de profissonais, as mães ficariam, mas tranquilas, e assim teria mas condições de terminar suas atividades.

5 CONCLUSÃO

Concluimos, que após esta pesquisa, com o objetivo central, a buscar por informações se existem políticas de acolhimento gestantes e mães estudantes no IFTO – *Campus* Palmas, após verificar através dos levantamentos bibliográficos e documentais feito no campus, concluir que não há inclusão de gestantes e mães estudantes com políticas, voltadas especificamente para essa demanda.

Assim citadas a existência de um espaço kids, nos *campus* de Paraíso do tocantins, e no *campus* de Pedro Afonso, que ajuda as mães a não perder o vínculo com seu filho, como também traz a possibilidade da estudante concluir a graduação, sugerimos que o campus, refleta sobre, essa possibilidade.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980

Empoderamento e Gênero: Um Estudo com Mulheres que Ocupam Cargos de Gestão em uma Universidade Federal Empowerment and Gender: A Study with Women in Federal University Management Positions .2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, Atlas, 5. Ed., 1999.

IFTO, Espaço kids. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/noticias/espaco-kids-comemora-um-ano-e-recebe-visita-de-reitores>. Acesso em: 05 de Fevereiro de 2019.

IFTO, Campus Palmas. Disponível em: <https://campuspalmas.ifto.edu.br/index.php/sobre>. Acesso em: 20 de Janeiro de 2019.

IFTO, Campus Pedro Afonso. Disponível: <http://www.ifto.edu.br/noticias/espaco-kids-e-inaugurado-no-campus-avancado-pedro-afonso>. Acesso em: 19 de Janeiro de 2019.

Planalto. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6202.htm. Acesso em: 25 de Fevereiro de 2019.

Ser Mãe Na Universidade: Uma Análise Da Percepção De Alunas Gestantes E Nutrizes Acerca Das Políticas De Assistência Social De Uma Ifes. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>, Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

URPIA, A. M. de O. **Tornar-se mãe no contexto acadêmico: narrativas de um self participante**. 2009. 200p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2009.

Vivência De Mães Na Conciliação Entre Aleitamento Materno E Estudos Universitários, 2017.

Vivências De Mulheres Que Se Tornam Mães No Contexto -- Acadêmico Experiences Of Women Who Become Mothers In The Academic Context. 2018.

ANEXO I



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Palmas

OBSERVAÇÕES À CERCA DA POLÍTICA ESTUDANTIL PARA AS MÃES DE FILHOS ATÉ 12 ANOS

Declaramos, que o IFTO/Campus Palmas possui duas políticas estudantis para atender as estudantes gestantes e mães de filhos até 12 anos, sendo elas o atendimento domiciliar de suas atividades escolares; e o auxílio assistencial denominado perfil II. Este último atende as estudantes em situação de alta vulnerabilidade social, que cursam, prioritariamente, cursos em turno integral, impossibilitando acesso ao mercado de trabalho.

ATENDIMENTO DOMICILIAR

A ODP - REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO IFTO versa sobre os direitos do atendimento domiciliar e seus desdobramentos. De maneira completa e para um melhor entendimento, abaixo o Capítulo V do atendimento domiciliar, em sua forma integral:

CAPÍTULO V DO ATENDIMENTO DOMICILIAR

Art. 76. O atendimento domiciliar é um processo que envolve tanto a família quanto a escola e possibilita ao(a) estudante realizar as atividades escolares em domicílio, quando houver impedimento de frequência às aulas, sem prejuízo da sua vida escolar.

§1º Entende-se por exercício domiciliar a equivalência de estudos, por ausência às aulas, concedida ao estudante amparado pela Lei nº 6.202/75 e o Decreto Lei nº 1.044/69.

§2º Somente será autorizado o regime de exercício domiciliar para período igual ou superior a 15 (quinze dias)

§ 3º Ausências por períodos menores deverão ser enquadradas no limite de faltas de acordo com a legislação vigente.

Art. 77. O atendimento domiciliar será concedido apenas:

I – à estudante gestante;

II – ao estudante com incapacidade devidamente comprovada por atestado/laudo emitido por profissional competente que seja incompatível com a frequência aos trabalhos escolares regulares.

Parágrafo único. A estudante gestante poderá pleitear o exercício domiciliar por um período de três meses, contado a partir do oitavo mês de gestação.

Art. 78. O pedido de atendimento domiciliar deverá seguir o seguinte rito processual conforme competência:

§1º O estudante ou representante legal deverá protocolizar o requerimento, seguido de atestado ou laudo médico, no setor responsável indicado pela Direção/Gerência de Ensino do Campus, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após o início do impedimento.

§2º A Direção/Gerência de Ensino ou quem esta indicar deverá emitir parecer

e providenciar o acompanhamento do processo até sua conclusão.

§3º Para atender às especificidades do regime de atendimento domiciliar especializado, a equipe pedagógica solicitará ao PEBTT a apresentação, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, de um programa de estudos a ser cumprido pelo estudante.

§4º O programa de estudos deverá abranger a plano de ensino do PEBTT durante o período do afastamento do requerente.

§5º O programa de estudos deverá especificar:

I – os conteúdos a serem estudados;

II – a metodologia a ser aplicada;

III – as a vidades a serem cumpridas;

IV – os critérios de exigência do cumprimento dessas a vidades, inclusive o prazo para sua execução;

V – as formas de avaliação.

§6º Compete ao requerente ou ao seu representante legal contactar o coordenador do curso, a fim tomar ciência do plano de estudos, e entregar ao coordenador as a vidades previstas, no prazo fixado.

§7º Compete à coordenação acusar recebimento das a vidades e encaminhá-las em até 02 (dois) dias úteis ao PEBTT, que terá até 5 (cinco) dias úteis para emitir os resultados à coordenação.

§8º Os resultados do atendimento domiciliar deverão ser autuados no processo e arquivados na pasta do estudante, no setor de registro escolar.

§9º Fica vedada a concessão de regime de exercício domiciliar para estudantes que:

I - estejam faltando apenas à realização de estágios; e

II - que estejam cursando componentes curriculares/módulos cujas a vidades curriculares sejam estritamente prá co-presenciais.

§10. O atendimento domiciliar especializado não tem efeito retroativo e não poderá exceder a um período letivo.

Art. 79. Cada Campus deverá progressivamente utilizar mecanismos tecnológicos que visem agilizar o trâmite processual no que diz respeito ao atendimento domiciliar.

Parágrafo único. São mecanismos tecnológicos plataformas de aprendizagem a distância e/ou programas específicos que, após o uso, tenham como ser materializados e autuados em processo

AUXÍLIO ASSISTENCIAL

O IFTO/Campus Palmas concede ao estudante em situação de alta vulnerabilidade social, que cursam, prioritariamente, cursos em turno integral, impossibilitando acesso ao mercado de trabalho, o auxílio definido como Perfil II. Abaixo destacamos os pontos referente ao auxílio que antes era denominado auxílio creche e agora é o definido como perfil II:

5.3. . Perfil II

5.3.1. Este auxílio é destinado aos estudantes em situação de alta vulnerabilidade social, que cursam, prioritariamente, cursos em turno integral, impossibilitando acesso ao mercado de trabalho. Estudantes que têm despesas com transporte intermunicipal ou rural. Estudantes que, durante o horário de aula, necessitam deixar seus filhos aos cuidados de terceiros. Em casos de pais separados, a concessão será feita ao estudante que tiver a guarda legal do dependente. Os pais e/ou responsável legal que estudam e que residam no mesmo domicílio farão jus somente a um benefício. Os estudantes que concorrerem a modalidade, creche, deverão comprovar que possui filho (s) por meio da certidão de nascimento dele (s). O estudante que

concorrer a modalidade moradia deverá comprovar que paga aluguel, por meio de contrato e/ou recibo de aluguel.

5.3.2. Serão beneficiados até 200 estudantes.

5.3.3. O valor do benefício será de R\$ 370,00 pago mensalmente por meio de ordem bancária.

(...)

7.7. O candidato (1ª etapa) ao Perfil II (creche) deverá apresentar a certidão de nascimento do filho, e Perfil II (moradia) o comprovante de aluguel ou contrato. Além dos outros dois documentos mencionados no item 7.5.

(...)

12.1.5. O candidato que concorrer ao perfil II, na modalidade creche, deverá apresentar a cópia de certidão de nascimento do filho (s).

Estamos à disposição.

Palmas, 18 de novembro de 2019.

JUNISLEY MUNDIM DE OLIVEIRA
Coordenador da COTEPE



Documento assinado eletronicamente por **Junisley Mundim de Oliveira, Coordenador**, em 18/11/2019, às 13:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.io.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0850779** e o código CRC **7DEA6052**.

Quadra 310 Sul, Lo 5, s/n, esquina com a Avenida NS 10 - Plano Diretor Sul — CEP 77.021-090 Palmas/TO — (63) 3236-4000 portal.io.edu.br — reitoria@io.edu.br